emprêsas de qualquer natureza, percebam vencimentos, salários, romunorações ou participações em lucros, de importância superior a 120.0005 anuais, ficam sujeitas ao imposto complementar da classe B pela parte do rendimento que exceda este limite.

Art. 4.º Na designação de vencimentos consideram-se as gratificações, percentageus, senhas de presença, subsidios, pensões ou quaisquer outras remunerações atribuídas aos contribuintes, mesmo a título de ajuda de custo, quando não seja abonada por motivo de deslocação.

Art. 5.º As taxas do imposto suplementar são:

a) Da classe A, 5 por cento sobre a parto do reudimento ou rendimentos acumulados que, juntamente com principal, não excedam 120.000 anuais;

b) Da classe B, pela parte compreendida:

150 - 900 1 95 0	0
Entre 150 e 200 contos	lo.
Entre 200 e 400 contos	
Pelo que exceda 400 contos 40 %	

§ 1.º Quando, havendo acumulação, o voncimento principal seja superior a 60.000\$, pagar-se-a sempre imposto da classe A pelo que exceder este montante.

§ 2.º Por cada filho menor a cargo do contribuinte o rendimento tributável terá o desconto de 5 por cento, que para a classe B será feito em cada um dos escalões.

Art. 6.º Para a determinação e incidência das taxas do imposto suplementar das classes A e B os vencimentos ou proventos a considerar são os líquidos do outros impostos a que estejam sujeitos.

Art. 7.º O imposto suplementar é da responsabilidade. dos contribuintes, não podendo as entidades que autorizam o abono dos vencimentos que serviram de base à

liquidação substituí-los nesse pagamento.

Art. 8.º Os directores on gerentes das sociedades on empresas que infringirem o disposto no artigo anterior incorrem na multa de 5.000\$ cada um, a favor do Estado, além de terem de repor as importâncias que indevidamente fizerem sair dos cofres dos estabelecimentos que administram.

§ único. No caso de duplicação, viciação ou falsificação de escrita é aplicável também o disposto no artigo 10.º e seus parágrafos do decreto n.º 27:153, de 31 de Outubro de 1936.

Art. 9.º A falta de cumprimento do disposto neste decreto e sous regulamentos dará lugar à aplicação de multas, que variarão de 50 a 200 por cento do imposto que for devido.

Art. 10.º Sobre o imposto suplementar o respectivas multas não incide qualquer adicional.

Art. 11.º O imposto é pago por uma só vez e a sua cobrança à bôca do cofre será efectuada no mês de Ju-

Art. 12.º Ficam isentos deste imposto:

a) Os vencimentos do Presidente da República;

b) As remunerações globais inferiores a 33.000\$ anuais.

Art. 13.º O Ministro das Finanças publicará os regulamentos necessários à exocução deste decreto.

Art. 14.º Fica revogado o artigo 12.º do decreto n.º 15:538, de 1 de Julho de 1928.

## Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 5 de l'evereiro de 1941. — António Oscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pa-checo — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

Para ser presente à Assemblea Nacional.

## Decreto n.º 31:128

Atendendo ao disposto no artigo 13.º do decreto-lei 11.º 31:127, desta data;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinto:

Artigo 1.º Os contribuintes sujeitos ao imposto suplementar nos termos de decreto-lei n.º 31:127, desta data, apresentarão na secção de finanças do concelho ou bairro da sua residência, no mês de Abril de cada ano e em relação ao ano anterior, uma declaração em papel de formato legal, em duplicado, isenta de selo, com as indicações seguintes:

1) Nome e residência;

2) Filhos menores à data da declaração;

3) Lugares que desempenharam;

4) Entidade a quem os serviços foram prestados, sua sodo e situação;

5) Vencimentos recebidos, devidamente discriminados

por lugar ou função.

§ 1.º Esta declaração deverá ser acompanhada das certidões de nascimento dos filhos menores e autenticada com o número do bilhete de identidade ou com a assinatura do declarante devidamente reconhecida.

§ 2.º As secções de finanças, depois de examinarem so as declarações estão feitas nos termos dêste artigo, entregarão o duplicado ao apresentante com a nota e data do seu reconhecimento, devidamente rubricada e autenticada com o selo branco.

Art. 2.º As entidades singulares ou colectivas que tiverem ao seu serviço quaisquer indivíduos sujeitos ao imposto profissional das profissões liberais enviarão às secções de finanças do concelho ou bairro da residência desses indivíduos, no mês de Abril de cada ano, ama nota contendo os respectivos nomes, moradas, vencimentos e quaisquer outras remunerações, abonadas no ano anterior.

Art. 3.º Os funcionários do Estado, civis ou militares, dos corpos administrativos e das instituições de utilidade pública administrativa compreendidos nas disposições do artigo 1.º do decreto-lei n.º 31:127, desta data, entregarão aos chefes dos serviços onde estiverem colocados, no mês de Abril de cada ano, uma declaração em papel de formate legal, em duplicado, isenta de selo, ospecificando cada uma das remunerações que receberam no ano anterior por acumulação de quaisquer funções públicas.

§ 1.º Da entrega desta declaração será passado re-

cibo no duplicado, autenticado com o selo branco. § 2.º O duplicado da declaração é documento suficiento para desobrigar o declarante da entrega de outra aos chefes dos serviços de outros lugares que acumule.

§ 3.º O disposto no corpo deste artigo não dispensa os funcionários de apresentar a declaração mencionada no artigo 1.º quando acumulem com as funções oficiais outras em entidades particulares.

Art. 4.º Os serviços do Estado onde se tenham dado autorizações para acumulação de quaisquer cargos públicos ou particulares ficam obrigádos a enviar no mês de Abril de cada ano à Direcção Geral das Contribuições o Impostos uma nota contendo os nomes dos funcionários a quem foram concedidas essas autorizações, suas moradas e quais os lugares que desempenham.

Art. 5.º O chefe dos serviços que tiver recebido a declaração a que se refere o artigo 3.º remetê-la-á, até ao dia 5 do mês do Maio, ao chofe da secção de finanças do concelho ou bairro da residência do interessado.

Art. 6.º A secção de finanças da área da residência do contribuinte do imposto suplementar, em presença da declaração a que se refere o artigo 1.º, depois de verificar se está de harmonia com os elementos reforidos nos artigos 2.º, 3.º e 4.º, fará a liquidação do imposto.

Art. 7.º Os conhecimentos do imposto suplementar serão entregues aos tesoureiros da Fazenda Pública até 15 de Junho.

Art. 8.º O contribuinte do imposto suplementar que omitir quaisquer remunerações na declaração a que se refere o artigo 1.º incorre na multa do duplo da parte que tiver deixado de ser liquidada, para o que será levantado auto de transgressão.

Art. 9.º Quando a transgressão prevista no artigo anterior for cometida por funcionário público do Estado ou dos corpos administrativos, além da penalidade ali indicada, ficará sujeito a procedimento disciplinar, o qual terá por base a cópia do auto de transgressão, com decisão transitada em julgado, e que será remetida pelo chefe da secção de finanças à entidade com jurisdição sobre o transgressor.

Art. 10.º Os directores ou gerentes das sociedades ou emprêsas que infringirem o disposto no artigo 7.º do decreto-lei n.º 31:127, da presente data, incorrem na multa de 5.000\$ cada um, a favor do Estado, além de terem de repor as importâncias que indevidamente fizerem sair dos cofres dos estabelecimentos que administram.

§ único. No caso de duplicação, viciação ou falsificação de escrita é aplicável também o disposto no artigo 10.º e seus parágrafos do decreto n.º 27:153, de 31 de Outubro de 1936.

Art. 11.º A falta da apresentação das declarações referidas nos artigos 1.º e 3.º é punida com multa igual a 50 por cento do imposto, que acrescerá à colecta, independentemente do levantamento do auto.

Art. 12.º Os directores ou gerentes das sociedades e outras entidades que deixem de cumprir o disposto no artigo 2.º incorrem na multa do duplo do imposto que for devido.

Art. 13.º Os autos de transgressão serão levantados nos termos do artigo 23.º do decreto n.º 16:733, de 13 de Abril de 1929, e mais legislação complementar e julgados pelos tribunais do contencioso das contribuïções e impostos.

Art. 14.º Podem os contribuintes do imposto suplementar reclamar e recorrer por qualquer dos fundamentos indicados no artigo 59.º do decreto n.º 16:733 para os tribunais do contencioso das contribuições e impostos, no prazo fixado no artigo 18.º do mesmo decreto.

Art. 15.º Poderá ser ordenado que, pela Inspecção Geral de Finanças, se proceda aos exames necessários para a execução do presente regulamento.

Art. 16.º As dúvidas que se levantarem na execução dêste regulamento serão resolvidas por despacho do Ministro das Finanças, que pela mesma forma poderá aprovar os impressos que forem julgados convenientes.

Art. 17.º Nas notas e relações a que se referem os artigos 67.º e 72.º do decreto n.º 16:731, de 13 de Abril de 1929, além dos elementos mencionados nestes artigos, indicar-se-á mais a residência de cada uma das pessoas sujeitas ao imposto profissional.

§ único. As secções de finanças onde se tiverem apresentado as notas e relações a que se refere êste artigo comunicarão às dos concelhos ou bairros da residência de cada uma das pessoas interessadas os respectivos nomes, moradas, remunerações e quais as entidades responsáveis.

Art. 18.º (transitório). Para o efeito do lançamento de 1941 deverá suprir-se a falta das moradas das pessoas indicadas nas notas e relações por informes da fiscalização dos impostos.

Art. 19.º (transitório). Emquanto se não adoptarem verbetes adequados, o lançamento do imposto suplementar poderá ser feito nos verbetes criados pelo artigo 68.º do decreto n.º 16:731, no verso dos quais se mencionarão os cargos exercidos pelo contribuinte e a importância da remuneração que perceber por cada um.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Fevereiro de 1941. -- António Óscar de Fragoso Carmona -- António de Oliveira Salazar -- João Pinto da Costa Leite.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

## Decreto n.º 31:129

Considerando que a Pan American Airways (\*\* obteve autorização do Govêrno Português para utilizar os aeroportos da colónia da Guiné como escala para as suas carreiras de navegação aérea entre a Europa, a África e as Américas;

Considerando as vantagens concedidas por contrato à referida Pan American Airways C° em relação ao continente e ilhas adjacentes;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial, e nos termos do artigo 171.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da referida Carta Orgânica e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É estabelecido na colónia da Guiné, a favor da sociedade anónima Pan American Airways Cº, o regime de isenção de direitos, impostos e taxas previsto ne artigo 4.º do contrato de 3 de Abril de 1937 entre o Govêrno Português e a referida sociedade.

`\$ único. O benefício desta concessão terá a mesma validade da autorização concedida à Pan American Airways C° para utilização dos aeroportos dos referidos territórios.

Art. 2.º O Govêrno da colónia da Guiné publicará em portaria as disposições necessárias para o cabal cumprimento não só das disposições dêste decreto como também das que fazem parte do regulamento da navegação aérea, constante do decreto n.º 20:062, de 25 de Outubro de 1930, mandado pôr em execução nas colónias pela portaria n.º 7:967, de 8 de Janeiro de 1935. Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia da Guiné.

Paços do Govêrno da República, 5 de Fevereiro de 1941. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Francisco José Vieira Machado.